

ATA N.º 4/2014
ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE S. JOÃO DA
PESQUEIRA, REALIZADA EM 22 DE JULHO DE 2014

Aos vinte e dois dias do mês de julho de dois mil e catorze, pelas catorze horas e trinta minutos, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho, reuniu a Assembleia Municipal de S. João da Pesqueira, por convocatória do Senhor Presidente da Assembleia Municipal de dezoito de julho de dois mil e catorze, com a seguinte ordem de trabalhos:

PONTO ÚNICO – Discussão da proposta de alteração dos Estatutos da Casa do Douro na Assembleia da República e eventual tomada de posição da Assembleia Municipal

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal iniciou a reunião extraordinária da Assembleia cumprimentando os seus Membros o Vice-Presidente da Câmara Municipal, Senhor Vítor Sobral em substituição do Senhor Presidente e todos os elementos do Executivo e o público presente.

Disse esperar que seja um trabalho profícuo e um momento em que se possa encontrar o rumo que interesse à região do Douro e ao concelho de São João da Pesqueira. Independentemente das cores partidárias que compõem esta Assembleia e, por ser extraordinária, gostaria que os trabalhos fossem direcionados para que encontrem os benefícios de que tanto necessitamos. Procedeu de seguida à chamada dos Membros que compõem este órgão, tendo-se registado as ausências da Senhora Marcolina Sequeira, Senhor Jorge Andrade e Anabela Pereira. Esclareceu ter convocado enquanto Presidente da Assembleia Municipal, esta reunião, de acordo com os termos disposto no artigo 28º da alínea b) do artigo 30º do regimento jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela lei 75/2013 de 12 de setembro e da alínea b) do ponto 1 do artigo 6.º do Regimento da Assembleia Municipal. Solicitou aos Membros da Assembleia que fossem sintéticos e conclusivos nas observações que possam vir a tomar, para que esta reunião seja produtiva e em tempo razoável. Passou ao período de inscrições, tendo concedido a palavra, em primeiro lugar, ao Senhor Sebastião Mesquita, uma vez ter sido quem propôs que a Assembleia se reunisse em plenário.

O Senhor Sebastião Mesquita cumprimentou os presentes, referindo que desencadeou este movimento, não sendo um ato pessoal, mas do concelho, que tem mais responsabilidade por ser o maior da Região Demarcada. Propôs que se prescindisse da senha de presença nestes trabalhos. Se a sua pretensão não for aceite, doará a sua senha de presença ao Centro de Dia de Ervedosa. Agradeceu ao Presidente da Assembleia Municipal pela voluntariedade e capacidade de perceber que é um assunto demasiado importante e a todos os que aceitaram a celeridade do processo. Quanto ao objetivo desta reunião, está em causa a situação atual, fruto dos problemas da Casa do Douro de há 25 a 30 anos que cheiram a passado e que devemos

alterar. O que está, não serve e temos que tomar posição. Propõe que se alertem os viticultores da região para o que está a acontecer e criar um grupo de trabalho para intervir seriamente no problema. Dinamizar, divulgar, sensibilizar e estender, de forma abrangente, por toda a região este movimento, incluindo cidadãos de vários concelhos numa comissão forte, unida sem políticos à mistura. Os viticultores têm de assumir as suas responsabilidades tal como todos nós e ditar regras nos órgãos próprios. Negociar, propor soluções para resolução de situações atuais, melhorar e defender o Douro, acreditando num futuro com prosperidade. Reafirmou que a Região Demarcada do Douro é a mais antiga do mundo e com os melhores vinhos, mas é o local onde se tratam pior. Se um turista vier percorrer a região de Barqueiros a Barca d'Alva, parar num café, num restaurante de luxo e pedir um cálice de Vinho do Porto é onde é pior servido. Não se pode continuar a dizer que o Vinho do Porto é Vinho do Douro ou Vinho Generoso. É Vinho do Porto com marca instituída e não podemos referenciá-lo de outra forma. É o garante do nosso poder económico e tem que se defender o problema da Casa do Douro. Preocupou-se desde jovem em ir aos Conselhos Regionais de Viticultura da Casa do Douro, acompanhava como público desde miúdo, ouvindo-os quando foi o célebre esbanjar achando que o problema vem daí. Aquela Casa tinha milhões, tinha um projeto para lançar um banco na região só para viticultores, tendo dinheiro para isso, tendo sido esbanjado às mãos de uma família. Ninguém sabe onde está o dinheiro, nem os 45% das ações. Tem de haver coragem política para perguntar a essas pessoas, e saber quem está a usufruir dessas ações. A Casa do Douro já não tem 45% das ações, está em 30% neste momento e é isso que a direção e os políticos precisam de ouvir. Já nem 30% terá neste momento, alguém está a viver à conta desses valores. Foi em finais dos anos 80 que a Casa do Douro esbanjou o dinheiro que tinha, o dinheiro que foi amealhado pelo stock de vinhos, excedentes da produção vendidos mais tarde. A Casa do Douro chegou a ter cento e tal mil pipas, hoje são quarenta e poucas, avaliadas em 130 milhões de euros. Todo o património da Casa do Douro não foi o Estado que pagou, é nosso. A Casa do Douro foi a fusão dos grémios. Em 1932 havia grémios pelos concelhos e a sua fusão deu origem à Casa do Douro. Essa Casa do Douro persistiu até há bem pouco tempo, e quem a destruiu foram os diretores, com a nossa culpa, porque os mantivemos e votamos neles, por um sistema eleitoralista que está criado. O Douro foi centralizado sempre no Baixo Corgo, por razões históricas. A maior região de produção de vinho era a zona da Régua, Santa Marta e Vila Real. A vinha estendeu-se até ao Cachão da Valeira, com o carácter empreendedor da Dona Antónia (a Ferreirinha). A região também se dinamizou e a zona de centralização de produção mudou. A realidade de hoje são números que compilou no site do IVDP em julho de 2014. Tem-se 20 mil viticultores aproximadamente no Douro (interrompeu a sua intervenção para pedir a distribuição do cadastro, pelos membros presentes). As condições climatéricas mudaram, há outras facilidades, a realidade hoje é diferente e o centro de produção que era Régua, Santa Marta, Vila Real, Lamego, hoje está entre Alijó, Pesqueira e Foz-Côa. Tem-se um Norte e Sul do Douro com uma diferença que não chega a 1000 hectares. Existe um equilíbrio entre Norte e Sul. Esse fator é positivo ao nível enológico, as encostas Norte e Sul são boas dependendo das condições climatéricas. O nível local de produção está cá em cima mas quer queiramos quer não, o centro de decisão sempre esteve na Régua, perguntando porquê. No seu entender à volta da Casa do Douro, dos armazéns dos vinhos, estão muitas famílias ainda apesar de já terem

estado mais. Por tal motivo é que hoje há uma proposta do governo, que não é a primeira, pois os últimos cinco governos apresentaram propostas para que este problema fosse resolvido. Sempre foram direções do Baixo Corgo, puxando sempre a brasa à sua sardinha. Conhece os fiscais do cadastro, antes e atualmente. Garante que sempre houve duas formas de medição, uma na terra deles, e outra na nossa, e não se pode admitir isso. São os mesmos que saíram da Casa do Douro e estão no IVDP. Graças às novas tecnologias existem muitas correções, mas não pode esquecer que a escola de Santa Marta e o campo de futebol da Régua estiveram a receber benefício, durante mais de 20 anos, depois de serem edificados. Há hectares em Mesão Frio que estiveram a receber 17 pipas de benefício durante mais de 30 anos. Só para explicar que o poder está instalado e não o querem perder. Está nas mãos da região, e se queremos um poder equilibrado temos que mandar e ditar as regras. Não são os governos que no-las vêm impor. Propõe que se abrace o problema, se crie uma solução, se discuta seriamente as coisas e que se encontre um rumo. Este governo pode ter os defeitos que tiver, neste momento não aceita tudo aquilo que fazem. Na situação Casa do Douro já por lá passou um Secretário de Estado das florestas que ficou com os assuntos do Douro, mas não ficou com o da Casa do Douro, esse ficou nas mãos da Senhora Ministra da Agricultura, não abdicaram desse assunto. Foi um problema que o Passos Coelho abraçou desde início antes de estar no governo. Fez uma visita ao nosso concelho, declarou, e está a cumprir, de pegar nesse problema e tentar resolvê-lo. A continuar assim, não se vai a lado nenhum. A atual direção da Casa do Douro não nos representa, só 10% pagam as cotas. Que representatividade tem a Casa do Douro neste momento. Não representa, porque as pessoas não acreditam na atual direção, precisa-se de uma Casa do Douro forte, de uma Instituição que nos defenda, mas de uma forma diferente e sem interesses. A Viticultura do Douro tem necessidade de ter uma Associação que os defenda, seja ela a Casa do Douro, a solução do governo ou uma Associação qualquer que nasça rapidamente, porque não é possível estar com interprofissional a funcionar e a produção não estar lá e imiscuírem-se das responsabilidades. Há aqui pessoas que estiveram no conselho regional de agricultores. Pergunta se o último Conselho Regional de agricultores funcionou até ao momento. Pergunta às pessoas que estão presentes e que são conselheiras, ou que foram eleitas como conselheiros, se algum dia funcionou. Não é possível por o Conselho Regional de Agricultores a funcionar, quando o maior concelho do Douro que é o nosso e temos direito só a 7 conselheiros eleitos por sufrágio universal de agricultores. Santa Marta a nível de vinha tem 2483 hectares de vinho do Porto, São João da Pesqueira tem 4811, mais do dobro. No atual regime de estatutos da Casa do Douro, Santa Marta tem direito a 7 Conselheiros acha que ainda é mais 1 do que a Pesqueira, outros tantos pela Cooperativa de Santa Marta que neste momento está falida. O Conselheiro no Interprofissional e o Presidente da Adega de Santa Marta faliram a adega, não pagaram três colheitas aos viticultores. Questiona se são estes representantes que se querem. Em 2010 o Presidente da Adega de Santa Marta e a sua direção comprou 10 milhões de litros fora da região, em Espanha, tanto como a produção excedentária de São João da Pesqueira e levou a adega à falência. A seguir, são esses que o sistema elege por inerência. Quer-se por mais tempo uma direção que em 20 anos nada fez, levou a Casa do Douro à falência pondo a culpa aos governos? Perguntando se também se se quer que nos representem numa CIMDouro sem falar connosco? A CIMDouro é

constituída por representantes das Câmaras Municipais, não de todos os concelhos do Douro. Dos 21 que pertencem ao Douro, 7 concelhos que não pertencem à CIMDouro, nem sequer foram ouvidos. Alfândega da Fé porque só tem 37 hectares, Mirandela porque só tem 42, Meda porque tem 778 e Resende porque tem 65. Estes concelhos não pertencem à CIMDouro, não foram ouvidos nem achados e pergunta se a CIMDouro representa alguém? A Casa do Douro não o representa, foi dos primeiros produtores a deixar de pagar cotas e a motivar outros para o fazerem enquanto não apresentarem trabalhos, e se negarem ao acesso do cadastro. O cadastro não é propriedade da Casa do Douro, é dos viticultores e dos proprietários. Se quiser vender a propriedade, o cadastro fica lá e é do dono seguinte. A Casa do Douro é fiel depositária do cadastro e teve a hombridade de ameaçar os viticultores que se não pagassem as cotas, não tinham acesso ao mesmo. Conhece situações em que foram senhores advogados exigi-los e deram-lhos, porque os advogados falam de uma forma diferente, se for um agricultor com um saco plástico na mão, com os papéis, é intimidado.

O Senhor Presidente da Assembleia após manifestação do público presente solicitou que não houvesse manifestações de qualquer tipo, de acordo com o Regimento, pois tal não é permitido, exceto se for deliberado por unanimidade tal situação. Passou a palavra ao Senhor António Balça. Pedeu ainda ao Senhor Paulo Bito para substituir a primeira secretária durante algum período de tempo.

O Senhor António Balça cumprimentou todos os presentes dizendo que o assunto é de relevância por estar em causa a sobrevivência de toda uma região. Que importa terem dado ao Douro o Desígnio de Património da Humanidade, quando os homens e as mulheres que tratam deste lindo jardim com o seu suor, e neste momento, já com lágrimas de desespero por verem que o seu trabalho é cada vez menos recompensado, e há agricultores praticamente na miséria. Basta ver as Quintas que neste momento se encontram à venda porque não são rentáveis. O Douro já teve crises, mas nunca como esta, agravada precisamente com uma intenção premeditada dos sucessivos governos, desde o PS ao PSD, em destruírem a única Instituição que representava e defendia os mais de 35.000 agricultores. Nunca houve vontade em resolver os problemas da Casa do Douro, mas sim retirar-lhes todos os meios, quer representativos, quer financeiros, de forma a asfixiá-la até agonizar o pretexto ideal, para condenar à morte já há muito anunciada. O nosso atual primeiro-ministro, Doutor Passos Coelho, durante a sua campanha para as eleições que acabou por ganhar, deslocou-se à Pesqueira. A Senhora Vereadora, em funções, lembrar-se-á certamente dos assuntos principais que foram a nossa viticultura, as dificuldades já sentidas por todos os agricultores e a Casa do Douro dizendo "nenhuma decisão será tomada sem que todos sejam ouvidos". Os nossos políticos foram ouvidos e o que fizeram para que fosse criada uma alternativa que salvaguardasse os interesses de toda a região? Temos em mãos um documento que já foi falado, elaborado pela CIMDouro sobre esta decisão do governo. Não concorda com o que está escrito, mas pergunta que movimentações fizeram junto do governo para inverter esta situação? Isso não será querer mandar areia para os olhos de todos com o documento que nos enviaram? É mais que claro que os políticos de toda a região são cúmplices desta desgraça que paira sobre nós, alguns já abandonaram os cargos, mas os que chegaram mantiveram-se na mesma calma e serenos à espera do que pudesse acontecer. Ainda na última Assembleia dizia sobre este assunto o que seria se se tivessem unido em vez de



cada um olhar unicamente para o seu concelho. De certeza que a história seria outra. Em setembro de 2011 foi aprovada nesta Assembleia uma moção sobre os problemas que a Casa do Douro já atravessava. Tudo foi feito nesta casa para não deixar cair este assunto. O que importa agora é que os deputados eleitos por estes distritos, pertencentes à região, ainda vão a tempo de fazer perceber o mal que estão a causar a toda uma região, às pessoas que nela vivem. O mal que fizeram foi com o seu suor ao longo dos séculos, fazendo do Douro aquilo que é hoje. É importante repensar melhor o destino e a organização a dar ao Douro. Se o problema da Casa do Douro tem sido as pessoas que a representa, havia muitas formas de as substituir porque o que nos está a ser imposto é um modelo para a região que remonta ao tempo, muito antes do Marquês de Pombal. Concorde com tudo o que foi apresentado pelo Senhor Sebastião Mesquita, elementos mais técnicos mas que não deixaram de ser pertinentes. Contem com ele para o que for preciso.

O Senhor Vítor Monteiro no uso da palavra cumprimentou os presentes, afirmando que têm de perceber como a Casa do Douro chegou a esta situação. O conhecimento que tem da Casa do Douro é aquele que, grande parte dos habitantes da região, mais ou menos atentos ao problema, adquiriram ao longo destes anos. A informação chegava por várias formas. Há aqui colegas que fizeram, ou fazem, parte dos corpos gerentes. Seria bom que nos elucidassem com o conhecimento dos factos. No seu ponto de vista isso resulta de os sócios se reunirem em Assembleia para eleger os corpos gerentes e depois durante 3 ou 4 anos demitirem-se das suas funções. A Casa do Douro foi gerida por meia dúzia de pessoas, que sem querer entrar por outros caminhos, fizeram uma má e danosa gestão. Se tudo acabasse aqui, pouco sentido fazia estarmos a discutir o problema, mas o que agravou foi o que veio a seguir. Devido à inércia dos sócios, os sucessivos governos, sendo transversal aos vários partidos, tentaram resolver a situação e a seu ver pioraram-na ao retirar poderes, competências e verbas à Casa do Douro sem darem contrapartidas. O que se está a assistir por parte deste governo é um golpe de teatro no seguimento das políticas que têm implementado com a passagem dos serviços públicos para privados. Com o pretexto da resolução da dívida, querem tirar o estatuto à Casa do Douro. Há que distinguir dois problemas: primeiro é a dívida da Casa do Douro, o segundo é a Casa do Douro. Quanto ao primeiro temos que dizer ao governo que as pessoas do Douro querem ser tratadas de igual modo que os do restante país. Se injetaram dinheiro para resolver o problema económico do BPN, aqui trata-se da economia de uma região e, como tal, tem que ser resolvido da mesma forma. Quanto ao segundo, ao paradigma atual e às condições, há que em discussão alargada com todos os intervenientes, discutir quer os estatutos, quer a obrigatoriedade dos sócios pagarem ou não cotas por imposição, mas tendo sempre presente o estatuto de direito público da Casa do Douro. Fala-se muito que os sócios também pagavam cotas. Não sabe se são obrigados, ou não, a pagar cotas. Esta ideia de que as coisas só funcionam bem no privado, pensa não ter cabimento. É uma injustiça para os funcionários públicos, são pessoas competentes, são pessoas empenhadas, aquilo que se passa muitas das vezes é que os gestores, os responsáveis, os chefes, como lhes queiram chamar, demitem-se das suas funções e isso acontece mais no público que no privado. Se cada um ocupar as suas funções as coisas funcionam. Acha totalmente descabida a ideia de que tudo passa para o privado e funciona.

O Senhor Joaquim Monteiro cumprimentou os presentes manifestando a sua satisfação com a afluência do público dizendo que a presença do

público dá satisfação a todos, pois estas reuniões têm sido desertas. Concorde com o Senhor Sebastião Mesquita, que o benefício era escrito a lápis, mas tudo isso é passado. Estamos a discutir duas coisas. Quando o Senhor Sebastião Mesquita diz que devia ser um movimento de agricultores, esse assunto devia ter sido enviado para as Juntas de Freguesia, teriam feito reunião de Assembleia de Freguesia, com o nosso povo, discutir-se-ia esse assunto e só depois trazê-lo à Assembleia Municipal. Não é a dois dias da decisão do parlamento que vamos alterar nada. É defensor da Casa do Douro, independentemente das direções. Não discute pessoas, discute órgãos. A Casa do Douro é necessária ao Douro, o que está a acontecer hoje é um plano traçado em 1995 com a criação da CIRD que é interesse dos exportadores. É pena que o nosso público não tenha a proposta do Governo, pois poderia ir-se mais além. Discorda totalmente do projeto apresentado pelo governo, com a proposta de estatutos para a Casa do Douro. É uma miscelânea, um molho de grelos, esta proposta de lei. Uma vez diz uma coisa, outra vez outra. Teve o cuidado de ler tudo, sabe o que se passa e gostaria de discutir a proposta do governo. Resumindo o objetivo é acabar com a Casa do Douro, dar-se a possibilidade a uma Associação privada que já deve existir. Já há movimentações para isso, e pergunta quem tem o poder para criar uma Associação forte? Os grandes produtores que também são exportadores são os que discutem no Interprofissional os nossos interesses. Discutem, assinam e mandam cá para fora, e nós mais uma vez ficamos indefesos. Por linhas travessas o estatuto diz que futuramente a Casa do Douro vai ser a representação de todos os Durienses, depois diz outras Associações podem ser criadas. Agradecia que a Câmara mandasse fotocopiar e entregar ao público presente o documento da CIMDouro para analisarem. Gostaria de comentar todos os artigos dos estatutos. É claro que defende que o concelho da Pesqueira deve ter mais peso na região e procurá-lo através do Poder Autárquico. Como autarca defende que as Juntas de Freguesia e a Câmara procurem esse peso. Felizmente que a CIMDouro vai distribuir as verbas que vêm para o Douro e quer queiram quer não, a CIMDouro, com a representatividade dos Presidentes de Câmara, reúnem e decidem os projetos para o Douro. Acredita que a única Instituição que nos pode representar, com esta direção ou outra, é a Casa do Douro. Está pronto a discutir os estatutos e a proposta da CIMDouro. A proposta do governo é horrível, vamos ficar na miséria, vão brotar associações, aliás já há algumas. No nosso concelho temos duas ou três que já prestam serviços aos agricultores. Essas, coitaditas estão a trabalhar no terreno, para ganhar o seu pão, algumas para pagar os seus salários. Vamos ser entregues a uma associação que tem muito peso, tem muita área, tem muita pipa e são eles que vão mandar, é isso que nos vai acontecer. Por isso Senhor Presidente que movimento vamos criar a 2 dias da discussão? É de opinião que se deve dizer ao governo, se a Assembleia assim o entender, que pare com esta brincadeira, que deixe de gozar com a cara dos agricultores Durienses. Somos gente como os outros. Parem e discutam, correta e honestamente uma proposta séria para o Douro. A ser uma Casa do Douro pública e de inscrição obrigatória, porque uma Instituição privada e de inscrição livre, isso há montes delas que irão ser criadas. Quando se defende os nossos interesses quem ganha são sempre os mais fortes. Pretende que no Douro vivam os exportadores, os produtores engarrafadores, mas também quer que vivam com dignidade os viticultores, os filhos e os netos destes porque têm esse direito. Não é contra os exportadores, só pensa que eles querem, é tudo. Preside uma freguesia que está dominada pelas grandes

quintas. Reconhece que se não tivesse um bocadinho de força, já o tinham esmagado. Querem tudo, se pudessem, até as margens do rio tiravam. Peçam o adiamento da discussão parlamentar, porque o que está em causa são duas propostas. O Senhor Sebastião Mesquita e a Assembleia ainda não apresentaram nenhuma proposta. Surgiu para criação de um movimento, mas o movimento a dois dias acha extemporâneo. Está pronto para ir para todo o lado, mas já sabem qual é a sua posição. É defensor acérrimo da Casa do Douro como Instituição que tem mais de 80 anos e que tem tido o azar desde 1995 de os governos só verem tudo em grande. O grande capital impera e esvazia. Não nos soubemos defender. A culpa é toda dos Durienses e ainda criticam quem vai às manifestações. Efetivamente esse documento do governo é o testamento para nos arrumar de vez.

A Senhora Lourdes Marinho cumprimentou os presentes apreciando a presença do público na Assembleia, tornando-a participativa. A sua intervenção vai ser muito curta até porque pertence a uma família de pequenos agricultores e que toda a vida foram os mais prejudicados. Ainda tínhamos algum lucro, há 20 anos aproximadamente, antes da criação da CIRD e do IVDP mais tarde, a Casa do Douro ainda tinha algum poder, atribuía a litragem decidia o escoamento do vinho, geria o cadastro e outros temas que pessoas mais informadas poderão debater com mais precisão. Como leiga, mas curiosa, verificava que antigamente havia determinado número de pipas de mosto que iam ser beneficiadas. Se os exportadores não as comprassem, a Casa do Douro comprava-as e o pequeno agricultor estava sempre salvaguardado. Agora compram a pipa a um preço qualquer, para depois misturarem com umas mistelas, não querendo atingir ninguém, mas a verdade é esta. Há muito Vinho do Porto que é fabricado de qualquer maneira. Na década de 80, mais ou menos, quando a Casa do Douro começou a decair, o vinho ia a granel para França. Toda a vida quem teve mais peso foram as grandes firmas, grandes exportadoras que na época já eram estrangeiros, só vendiam conforme o seu interesse e nessa altura o dinheiro ia camufladamente para o estrangeiro. Hoje ainda vai melhor, porque funcionamos com a moeda única. Não tem boa impressão da Casa do Douro, mas depois que foi instituída a CIRD em 1995 e o IVDP criado pela portaria 2019, no dia 28/02/2007, com estes dois organismos o Estado meteu a colherada e já com segunda intenção. Havia má gerência na Casa do Douro, e a má gerência começou pelo corte de benefício aos pequenos proprietários. Para onde foi esse benefício? Para aqueles que saíbraram, aos quais atribuíram licenças ilimitadas de plantio? Temos que dizer as coisas na altura certa. Tem muita pena que este assunto seja tratado tardiamente, e só veio à reunião porque faz parte da mesa desta Assembleia, porque a ser discutido agora não teria comparecido. Houve manifestações, iam alguns agricultores, nunca viu os grandes empresários, com força de vontade, mas talvez um bocado a reboque dos lóbis que vinham por trás. Começou a desaparecer Vinho do Porto dos armazéns da Casa do Douro, não sabe para onde foram pipas de vinho que se escoaram, dizem que para o rio. Não conhece ninguém da direção da Casa do Douro, conhece simplesmente de vista, não tem intimidade com ninguém, mas realmente essa gerência não vale nada. A culpa tem sido toda nossa, dos conselheiros, da Assembleia Geral, da própria direção da Casa do Douro. O produtor compra o vinho consumo a determinado valor e quando o pagam? Quando os juros já lhes tenham dado mais lucro? Os produtos que se tem de comprar e a mão-de-obra que se tem que pagar estão constantemente a subir e não se pode ficar



a dever. Vêm alguns empresários comprar a qualquer preço. Vamos defender o indefensável? Este projeto está uma miséria, há uma parte que diz "vai ser entregue a uma associação privada" mas o património do vinho, que é a pérola da Casa do Douro pode ser vendido. Esta não é a Casa do Douro com quem me identifico, é com a que foi criada em 1932 que defendia os seus proprietários e aí sim pagaríamos as nossas cotas, uma Casa do Douro que nunca se impôs, que viveu estas últimas décadas com negócios que ninguém sabe. Disse no princípio, e pediu desculpa por ser um pouco leiga neste assunto, mas o que leu é no que acredita, toda a gente ficou admirada de como aquelas pipas de vinho se escoaram "para o rio" e ninguém disse nada. Mais tarde o negócio com o Senhor Silva Reis. Podem argumentar que a Casa do Douro já estava em défice e tinha que pagar aos empregados, sabe que houve muitas manifestações de empregados que estiveram muito tempo sem receber, o Governo o que fez? Quando viu que podia deitar a mão, criou a CIRD, a seguir extinguiu-a e criou o IVDP, o que aconteceu? A Casa do Douro ficou sem poder económico e o que fizeram? Por duas vezes, que os governos injetaram dinheiro. Não fizeram favor nenhum, penhoraram os vinhos, estavam salvaguardados. Corrobora muita coisa do que disse o Senhor Sebastião Mesquita, do que disseram os intervenientes, o que lhe mete impressão é esta proposta de lei em vários pontos: um deles é que o edifício sede, sem cláusula nenhuma, é entregue de mão beijada à comissão privada que tomar o destino da Casa do Douro. Fica muito dinheiro, um saldo positivo. Depois de pagas as dívidas para quem vai? Para a associação privada? Qual é o interesse dessa associação privada? Continuar com a sigla Casa do Douro? Porque esta proposta – lei n.º234/XII é uma confusão desgraçada. Uma vez fala daquilo que vão ser os estatutos, outra vez já é uma proposta para a associação que irá ser criada como Casa do Douro. Em que ficamos? Tem muita pena, achando que é oportunismo político. Já agora podiam dizer qual é a associação que vai ficar com isto? Vai a concurso, mas como? Quem está envolvido é o Secretário de Estado e os fabricantes da CIRD e do IVDP? Quem criou a CIRD? O senhor Bianchi de Aguiar? É claro que o governo está interessado e as Associações privadas também, entre eles o próprio Secretário de Estado. Entende dever pagar-se as dívidas, mas o saldo positivo é nosso, que fique a Casa do Douro como está, mas com outra gerência, com gente séria, lutadora que não tenha medo de dizer cara a cara o que está feito. O nosso problema é que querem sempre ficar bem com todos, os pequenos agricultores não podem consentir essa posição, porque já temos pouco, apenas uns pequenos terrenos. Entregar de bandeja a qualquer Associação o edifício sede que é uma mais-valia? O edifício tem valor, pode ser vendido, porque o resto não passa de armazéns a caírem de podre.

O Senhor Fernando Pereira cumprimentou os presentes defendendo que têm que ser defensores acérrimos do que nos sustenta, distingue, e nos marca. Ouviu-se alguns comentários e a tendência é fazer-se analogias com situações como o caso BPN. Não se pode ir por esse lado, porque se está claramente a apresentar situações que não são comparáveis, mas completamente distintas. É importante defender o que é nosso, lutando. Em várias Assembleias, quando existia algum desagrado era importante lutar, mas lutar não sozinho, em conjunto. Aquilo que lhe parece é que todos já foram percebendo que dia 25 haverá em plenário na Assembleia da República o debate e aprovação da proposta lei do governo, mas até hoje têm decorrido audições parlamentares. Já foram ouvidos a Casa do Douro, a CIMDouro a própria UTAD, Associação de Empresas de Vinho do Porto e IVDP. Todas estas

entidades representam um nicho de negócios. No caso da Casa do Douro seriam os produtores e afins, da CIMDouro os Municípios que a compõem, já tiveram trabalho e já foram ouvidas já apresentaram os seus argumentos. Estamos a dois dias e meio, o que vamos fazer agora? Será que vamos a tempo de criar uma proposta, e ser ouvida por quem? Quem é que nos vai ouvir se essas audições já terminaram? Vê a possibilidade de se concordar com a proposta da CIMDouro, faria todo o sentido dar-lhe força. Seria importante, porque a Casa do Douro, ao longo dos anos, não fez rigorosamente nada, o papel que lhe foi dado não o desempenha há uns anos, aventurou-se a opções completamente descabidas, fora do âmbito para o qual foi criada, nomeadamente investimento em ações de uma empresa. Efetivamente a Câmara da Pesqueira faz parte da CIMDouro, é aí que encontra algum apoio, para em conjunto, defender os interesses do Douro, sente-se isso noutras situações. Se não se for forte, se não se tiver dimensão, não se vai ter capacidade de intervir. Espera que se aprove uma proposta que permita parar este processo. Que se criem bases para que nos organizemos num todo e possamos bater o pé. Falava-se que nesta proposta-lei o Estado está a ceder o Património da Casa do Douro, vai ceder os ónus que lá estão, e se cede com ónus, cede com responsabilidades, tem que as pagar, por isso não é só doar. Quem ficar vai ter que cumprir com essas obrigações, e muitas vezes isso passa ao lado. Para si não é a grande preocupação desta lei, mas sim uma alínea em que diz que esta associação privada, a ser criada, terá o direito de representação de 20% durante dois mandatos. Depois o que teremos? Se calhar ao fim desses dois mandatos, se isso for para a frente, poder-se-á correr o risco da associação deixar de ter voz na Interprofissional. Depois como é que se fica? Na sua perspetiva o primeiro passo a dar é fazer a distinção entre dívida e funcionamento da Casa do Douro. Dívida vamos tratá-la, a Casa do Douro tem Património, vamos avaliá-lo, vamos discutir, mas não imiscuir as duas coisas, senão não vamos fazer nada. A seguir a Casa do Douro como vai funcionar? Claramente a atual direção não serve, não serviu até aqui, porque não fez, não conseguiu dinamizar os viticultores, não conseguiu trazer os viticultores ao desafio, não os conseguiu motivar para lutar pelo Douro. As manifestações onde estão, as que efetivamente representam toda a gente? Era a Casa do Douro que tinha que fazer isso, e a Casa do Douro tinha vários pontos para a apoiarem. Tem as Câmaras, tem as Cooperativas, porque não o fez? Porque não dinamizou, porque não foi à luta, porque esperou sentada à espera que o Estado, que não querem que meta a mão, lhes encontre uma solução? A solução tem que se encontrar, somos nós que a temos de apresentar, é o nosso trabalho. O Douro tem essa especificidade, se fosse no Alentejo não aconteceria, mas no Douro somos assim e não se consegue mudar de um momento para o outro. Precisa-se, é quem nos lidere e se quem lidera fraquejar, não vamos a lado nenhum. Tem-se uma possibilidade, a proposta da CIMDouro, porque as outras, obviamente, cada um vai ter que olhar para o seu interesse, para aquilo que foi criado. Vamos apoiar e de seguida criar uma estrutura para se ser capaz de marcar a diferença. Se não se conseguir dar uma imagem de força não se vai lá, bate-se contra a parede e o resultado é zero. Lança um desafio às gentes da Pesqueira, não fala em cortar estradas, a linha do comboio, pois não vale a pena porque só temos a Ferradosa, mas porque não fazer-se um boicote global às eleições? Porque, não dizer-se que não votaremos nessas eleições no concelho todo? Alguém tem dúvida que em termos de imagem, e os políticos precisam de votos, não seria um fator

decisivo e crítico para mudarem opiniões? Isto é um desafio, pede que se lute com objetivos, para se ser forte, unidos, mas não de forma desgarrada.

O Senhor Silva Fernandes cumprimentou os presentes afirmando que não gostaria de estar a debater aquilo que já foi dito, gostaria de lembrar que esta Assembleia foi convocada para discutir os estatutos da Casa do Douro. Se saímos do tema, estamos quinze dias a atirar pedras uns aos outros, não resolvemos nada e deixamos de tratar o assunto essencial. Na sua opinião esta reunião não tem sentido a dois dias de uma votação na Assembleia da República. Como é do conhecimento de todos, não tem preconceitos, sendo capaz de discutir os assuntos todos com a maior isenção e imparcialidade. Leu os documentos com muita atenção, faz parte da CIMDouro e na CIMDouro discordou do documento que distribuíram. Disse isso na anterior legislatura e repetiu-o nesta, a proposta da CIMDouro está fora deste mundo, não tem sentido. Nesta Assembleia levantou o problema da Casa do Douro muitas vezes, de facto não foi ouvido. Está aqui, porque foi eleito para defender os interesses do Município, dos munícipes, da região e do país. Depois de dar a sua opinião, façam o que entenderem com o seu voto a favor ou contra. O que vai dizer é aquilo que pensa há mais de doze anos. Começou a sua intervenção recordando a declaração de princípios que subscreveu na tomada de posse desta Assembleia no último mandato, que dizia "ser independente na nossa terra implica estar atento e disponível para todas as decisões que sirvam os verdadeiros interesses dos Municípios de São João da Pesqueira, bem como a valorização do concelho da região e do país". Quer dizer que não se sente vinculado a nada nem a ninguém, muito menos a nenhum partido. No emaranhado da política do nosso país sente-se muito bem como político independente, mas não é profissional da política. A alteração dos estatutos da Casa do Douro que se debate hoje reverte-se da maior importância para os Municípios de São João da Pesqueira, para a região do Douro e para o país, por isso se justifica esta reunião extraordinária. Lamenta que seja extraordinária e se realize dois dias antes da votação da Assembleia da República, para reformular a alteração dos estatutos da Casa do Douro. A 29 de maio o Governo, depois de muitas reuniões com a presença de membros do governo, com os presidentes da Câmara da Região com a CIMDouro e outros órgãos e entidades da região, aprovou a proposta de lei de alteração legislativa e respetivo ante projeto, projeto-lei que visa alterar os estatutos da Casa do Douro. Uma coisa é a proposta de lei que o governo apresenta à Assembleia da República para que lhe seja concedida a autorização para fazer um decreto-lei. São duas coisas completamente distintas, em 9 de junho a CIMDouro elaborou um documento, tentando contrariar a decisão do governo com argumentos gastos e completamente irrealistas, defendendo que o Vinho do Porto só podia ser feito com a aguardente vínica, produzida na região. Isto cabe na cabeça de alguém no século XXI? A CIMDouro, Concelho Intermunicipal do Douro é uma entidade amorfa, onde os Senhores Presidentes de Câmara, na quase totalidade, se excluem das suas responsabilidades, permitindo e aceitando religiosamente e em silêncio, o que opinam um ou dois dos seus colegas, o resto fica calado. Durante todo o tempo de negociações o que foi transmitido sobre esta matéria pelo senhor Presidente da Câmara, que tem assento no concelho intermunicipal. Qual a atenção prestada pelos senhores deputados da Assembleia da República, eleitos pelos distritos em que a Casa do Douro tem atividade, em particular no distrito de Viseu? Não disseram nada e a Casa do Douro habituou-nos a vê-la como uma telenovela que todos os anos repetem



alguns episódios, normalmente em julho em que surgem sempre os mesmos problemas da dívida nos salários aos trabalhadores a determinação do benefício, etc. Coincidiu tudo isto este ano, como tomada de posição deste governo sobre uma situação que se arrasta há anos, de governo para governo, sem que a solução apareça. Todos os governos por medo, uns, ou por interesse político-partidários, outros, e muitas vezes em buscas de vantagens pessoais de grupos ou corporativos, tudo era empurrado para a frente permitindo que a situação se agravasse de ano para ano. Pela primeira vez o governo encara a questão da Casa do Douro de uma forma integrada com seriedade e responsabilidade política, garantindo e salvaguardando os interesses dos que têm até aqui sido enganados, manipulados e desprotegidos, desde os viticultores, fornecedores e trabalhadores de toda a região. O governo apresentou à Casa do Douro para se pronunciar, não sabe se esta o fez, já que não tem informação referente a essa questão, a proposta de lei de alteração legislativa e o respetivo decreto-lei visam alterar três coisas: o estatuto da Casa do Douro, transformando-a numa associação de direito privado, definir o regime de regularização das suas dívidas para com o Estado e outras entidades públicas, criar as condições para a sua transição para uma Associação de direito privado, extinguindo o atual estatuto da associação pública.

Antes de abordar o tema alteração dos estatutos, referiu algumas notas sobre os outros objetivos que pretendem atingir com os diplomas legais previstos:

A - regularização das dívidas: a Casa do Douro tem uma dívida ao Estado e a outras entidades públicas num montante aproximado de 160 milhões de euros, dos quais 30 milhões são juros. Esta situação é insustentável e imoral perante a grande maioria dos contribuintes. A dívida tem de ser paga, a proposta do governo vai no sentido duma dação em pagamento, mediante a entrega de vinhos.

B - Associação pública, versus associação privada: referiu que antes de se inflamarem na discussão do público e do privado que não conduz a nada, porque há público bom, há privado bom, há privado mau, há público mau, o que interessava saber era, de facto, a definição de associação pública, para isso socorreu-se da definição de dois Professores, sendo eles o Professor Jorge Miranda que diz "Pessoa coletiva pública de tipo associativo, criada para assegurar a prossecução de interesses públicos (interesses do Estado), que a entidade titular transfere através da devolução de poderes" e do Professor Jorge Miranda que diz "pessoa coletiva de tipo corporacional, constituída para a prossecução de interesses públicos (interesses do Estado), e dotada dos necessários poderes jurídico-administrativos".

Na definição de associação privada refere "associação de direito privado equiparado a pessoa coletiva de utilidade pública".

A associação privada que está a ser definida na lei é uma associação privada mas com o estatuto de pessoa coletiva de utilidade pública que é diferente.

C - Alteração dos estatutos: a partir de 1 de janeiro de 2015 a representação dos viticultores, nos órgãos interprofissionais da Região Demarcada do Douro é assegurada através de uma, ou mais associações de direito privado representativas dos viticultores. Não se diz que a Casa do Douro vai acabar, pelo contrário a Casa do Douro deve manter-se. Se os viticultores o quiserem, a Casa do Douro mantém-se, por isso há pouco se disse, porquê manterem a sigla. A sigla mantém-se porque é possível dar-se uma

continuidade. A inscrição dos viticultores deve ser voluntária, se não fosse voluntária aconteceria o que está a acontecer agora, a maior parte deles já não estão inscritos. Quem tem interesses em estar associado para ver defender os seus interesses, inscreve-se. A Casa do Douro mantém-se, as pessoas inscrevem-se, continua a Casa do Douro. Aparece outra que consegue cativar mais os agricultores porque lhes dá mais benefício e defende melhor, é a lei da vida. Se há uma associação privada que defende melhor os seus interesses, vai para aquela que lhe interessa, portanto não vê aqui problema nenhum. A propriedade do imóvel, sede da Casa do Douro é registada a favor da associação de direito privado que suceder com os encargos associados ao imóvel. O importante é ver o que será atribuído agora à Casa do Douro, o que tem que fazer, porque fica com a tutela a controlar a prestação dos serviços aos viticultores da Região Demarcada? Assistência técnica, formação profissional dos viticultores e técnicos das cooperativas, apoio na elaboração de projetos em matéria de reestruturação da vinha, uso de técnicas de produção, utilização de produtos fitossanitários, adoção de práticas ambientais, apoio ao registo das parcelas junto aos serviços das finanças, conservatórias e outras entidades, organização da contabilidade agrícola, auxílio nos modos de produção, seguros de colheita ou agrícolas, implementação de normas de higiene e segurança, inscrição de processos de licenciamento das adegas, aquisição de produtos destinados ao tratamento da vinha e dos solos, colaboração com o governo na execução de medidas para a região, manutenção de um stock histórico para a representação. A Casa do Douro faz isto agora? Não faz. Fica obrigada a fazê-lo? Fica se continuar. Concluindo, estas são as principais alterações dos estatutos que estamos a discutir e que definem, de forma clara, as suas atribuições ao serviço dos viticultores da região, em função das suas necessidades face ao mundo competitivo com que se defrontam, abrindo um caminho para regularização da dívida que há anos atormenta. Os viticultores têm de pegar, nas suas mãos os destinos da Casa do Douro e resolverem o problema. Felicita o governo e todos os que contribuíram para a criação de um consenso em torno desta proposta, ficando como sempre de consciência tranquila.

O Presidente da Assembleia antes de dar a palavra ao Senhor Vice-Presidente, disse que interessava clarificar a opinião vinculada e solicitada pelo Senhor Sebastião Mesquita, para perceber exatamente o que se vai definir em Assembleia Municipal.

O Senhor Sebastião Mesquita referindo-se à intervenção do Senhor Vítor Monteiro e quanto à definição de estatuto público interroga-se quanto ao facto de retirar competências ao futuro organismo. Entende que estatuto público não é mais do que querermos ser mandados por alguém do Estado. Defende que já nos basta um IVDP, que tem um Presidente colocado de quatro em quatro anos, que apesar de fazer um excelente trabalho muda ao fim desse tempo, ao sabor dos governos. O Presidente que permaneceu mais tempo foi o Engenheiro Jorge Monteiro cumprindo três mandatos, por consenso da produção e do comércio, tendo feito um excelente trabalho, e alterou muita coisa. Foi a pessoa que tomou as rédeas de algumas situações que a Casa do Douro ia deixando ir pelo cano abaixo. Não concorda com alguns aspetos da CIM, nem com a proposta do governo. A escolha tem que ser nossa. Há Associações criadas no Douro a ADVID que apresentam um excelente trabalho vindo colher as amostras às parcelas. Há outras associações que estão na região, que fazem a proteção integrada e não fazem um grande trabalho, que não teriam aparecido se houvesse uma Casa

do Douro forte. Há associações no Douro que são capazes de representar mais de 20% e essa é uma delas. Há associações que têm sede de pegar na questão do Douro, não diz aqui nomes, mas sabe. Está na proposta que se não aparecer uma associação nossa, vai a concurso e aquela que mostrar ter mais representantes, assume. Aludindo a intervenção da Senhora Lourdes Marinho, é da sua freguesia, já teve muitas responsabilidades e continua a ter, já foi Presidente da Junta da sua freguesia, devia estar mais esclarecida. O seu filho tem bastantes conhecimentos, trabalha no Centro do Vinho do Porto há muitos anos, podia esclarecer-se um bocadinho. Se o edifício não passa de bónus, não defende que passe, nem que deixe de passar, devemos ler e argumentar aquilo que está lá escrito, Senhora Maria de Lourdes o que está lá escrito é que passa com os encargos inerentes. Ao Senhor Fernando Pereira responde reconhecer que a dois dias do debate é tarde. Defender a proposta da CIMDouro concorda com alguns pontos, não concorda com tudo, e concordaria se nos tivessem consultado para saberem as nossas opiniões e se tivéssemos ditado algumas pequenas alterações. Dirigindo-se ao Senhor Silva Fernandes esclarece que a Casa do Douro deve fazer aquilo que nós queiramos, está nas nossas mãos. A pergunta que deixa a todos é se querem continuar nesta situação mais 20 anos. Gostava que houvesse alterações profundas, está aqui o Presidente da Casa do Douro que já conhece há muitos anos. Ainda era estudante na Escola do Rodo e já assistia às reuniões do Concelho Regional e já se dedica a este problema. Foi eleito no último conselho e demitiu-se porque não concordava com a forma de funcionamento. Quanto aos viticultores, o seu grande objetivo é dinamizar, divulgar a informação que os 90% de viticultores não conhece. Na CIMDouro, está só num poderzinho. Deve-se passar a mensagem às pessoas, pois elas é que têm que dizer o que querem. Deveria sair daqui uma Comissão, não só com os elementos da Assembleia, mas também de outros concelhos que estejam disponíveis. Redigimos a nossa posição numa proposta, enviá-la-emos à Comissão de Agricultura, ao Secretário de Estado e à Senhora Ministra.

O Senhor Presidente da Mesa perguntou ao Senhor Sebastião Mesquita se tem uma proposta concreta a apresentar com os Membros a constituir uma equipa de trabalho.

O Senhor Sebastião Mesquita disse ter uma proposta para a Comissão onde integra o Presidente da Assembleia, ele próprio, uma pessoa da Meda uma pessoa de Foz-Côa e eventualmente mais alguém. Não pode ser muito dilatada. Integrar também o Senhor Silva Fernandes.

O Senhor Presidente da Mesa deu a palavra ao Senhor Vice-Presidente.

O Senhor Vice-Presidente cumprimentou os presentes orgulhando-se pela presença do público de uma forma relevante a participar numa Assembleia em questões que são de interesse de todos. A Câmara desde há muito tem defendido com verticalidade, tendo em conta que é na escala que se encontra a dimensão e a forma de sermos ouvidos. A Câmara de São João da Pesqueira, para quem tenha algumas dúvidas, dentro da CIMDouro faz parte de um grupo mais restrito que acompanhou os documentos que já foram entregues em tempos ao Senhor Secretário de Estado Daniel Campelo. Esteve na defesa deste documento que a CIMDouro apresenta, atendendo ao que as nossas populações querem ver defendido. Tal como os outros Presidentes de Câmara, o nosso Presidente interveio na discussão, defendendo o nosso concelho como o maior da região. Teve a sensibilidade de auscultar as pessoas, ir tomando as suas posições nos sítios certos, estando convencido que a proposta que a CIMDouro negociou, com a tutela, salvaguarda os



pequenos e médios agricultores que são sempre a base da nossa defesa. O Senhor Presidente apesar de não estar presente pediu para vos transmitir que sempre soube estar presente nos momentos certos que está ao Vosso lado e apoia os nossos agricultores naquilo que entenderem como certo para a Casa do Douro. Vai tentar ser sintético e objetivo no esclarecimento de questões que foram explanadas. O que a CIM defendeu foi a questão financeira, a outra a Institucional. Sabe-se que se não for tomada uma medida urgente para resolver a situação financeira da Casa do Douro, em setembro essa Instituição desaparece, porque é objeto de uma penhora. Essa questão ultrapassa a Câmara Municipal da Pesqueira e a CIMDouro. As duas situações não devem fazer parte da mesma solução. Sobre a questão Institucional, não se entende que a atual gestão seja a solução. É importante encontrar uma solução porque de há 15 anos a esta parte, os agricultores tinham um rendimento completamente diferente do que têm hoje. Salienta o primeiro ponto da proposta da CIM: "À Casa do Douro deverá ver reconhecido o seu estatuto de associação de direito público e de inscrição obrigatória dos viticultores da Região Demarcada do Douro, porquanto só este poderá assegurar uma representação coesa da Lavoura nos órgãos institucionais da vitivinicultura duriense, ao contrário de uma pulverização dessa representação que só contribuiria para a maior degradação da situação socioeconómica do Douro". Portanto, a posição oficial da Câmara e da CIM é esta. Foi a que se defendeu e estamos certos que vai ao encontro de todas as preocupações dos nossos agricultores mais vulneráveis. Para garantir que não exista a pulverização dos vários organismos é importante que a produção seja a mais unida possível. Com o peso que tem a CIM, lembra o que o Senhor Presidente da Junta de Ervedosa disse "as CIM's serão o veículo", já o são até ao momento. Vão ter outra forma e posição relevante no quadro de 2014 a 2020 portanto é à CIM que vai assentar toda a estratégia que irá fazer a grande região do país que já fomos. A CIM tem o seu peso, não vamos pensar que os Presidentes de Câmara andam a dormir e não escutam os seus munícipes, e não fazem menção daquilo que deve ser o valor e defesa do nosso território. Esta posição não vai no alinhamento da proposta do governo. Do mesmo modo, quando estejam em causa as questões da defesa dos nossos Municípios, estes estarão sempre em primeiro lugar, em detrimento das opções partidárias. Em relação às intervenções que foram aqui proferidas pelo Senhor Sebastião Mesquita louva os princípios que aflorou, se bem que na última intervenção foi um pouco exagerado. É importante que o princípio seja mantido quer aqui, quer em todas as circunstâncias, é de valorizar o princípio e agradece o facto de o ter verbalizado. Em relação ao futuro do Douro, acredita que existem pessoas que podem fazer com que o Douro seja diferente, tem dois filhos pequenos e gostava que eles crescessem aqui, que se sentissem e se realizassem sob o ponto de vista pessoal e sob ponto de vista profissional, portanto tudo fará para que esta realidade seja uma evidência. Em relação ao Senhor António Balça diz que as cooperativas também foram ouvidas pela tutela. As cooperativas, que deviam ser o arauto da defesa dos pequenos e médios agricultores, aceitariam a mudança para o direito privado da Casa do Douro. Disse que não se pode trabalhar sozinho, também se tem esse entendimento, e por isso reunimos e munimo-nos da grande arma que é a CIM, para fazer força junto da tutela. Não há na história matéria que fosse tão consensual, independentemente dos Presidentes de Câmara terem sido eleitos pelo PSD ou pelo PS. Não há nenhuma situação análoga na defesa dos interesses dos nossos agricultores e da economia do nosso concelho. Em

relação ao Senhor Vítor Monteiro concorda com o que disse sobre a gestão que já desapareceu há muito e indo ao encontro do que já evidenciou, a situação financeira e a institucional. Vamos resolver agora o institucional, porque é a questão que necessariamente acaba com a Casa do Douro. Criar uma gestão vertical que seja uma verdadeira defesa dos nossos agricultores, que no Interprofissional tenhamos voz e façamos chegar a bom porto o que todos almejamos. Concorda com a Senhora Lourdes Marinho na defesa da Casa do Douro com uma nova administração, mais contextualizada no nosso território. Ao Senhor Fernando Pereira diz que esta Assembleia e a Câmara tudo demonstraram. O apoio a este trabalho tem sido de verticalidade o que é importante para a resolução desse assunto. Entende que não sendo uma CIM ouvida, acha que pouco já temos a fazer, neste caso. No dia 25 o que vai acontecer, e no âmbito da votação é o estatuto de direito público, ou o estatuto de direito privado. O Senhor Silva Fernandes diz que a proposta é irrealista e que os Presidentes de Câmara alinham no que lhes dizem indo atrás. Não sabe se na Assembleia da CIM isso acontece, mas garante-lhe que no executivo da CIM essa circunstância não é uma realidade. Se tem esse conhecimento, ele não sabe. Em relação ao último ponto do Senhor Sebastião Mesquita é tarde de facto, mas só pergunta se no dia 30 de junho não tinha já conhecimento desse documento.

O Senhor Vereador Manuel Cordeiro interrompeu, tentando dizer que não tivera conhecimento de qualquer documento apresentado na reunião do Executivo. Pretende por isso usar do direito a defesa da honra.

O Senhor Presidente da Mesa pede desculpa, mas refere que a defesa da honra é dada aos elementos da Assembleia. O Senhor Vice-Presidente da Câmara é que tem que autorizar a palavra, aos Vereadores e ninguém a deu. Em defesa de honra a Senhora Lourdes Marinho quer utilizar a palavra sendo-lhe solicitado que seja muito sintética.

A Senhora Lourdes Marinho diz pretender ser muito rápida e irá fazer uso do ponto 1 do artigo 31º em defesa da honra ou consideração que está regulamentado no Regimento da Assembleia Municipal. Tem consideração pelas pessoas da sua terra e lastima que o Senhor Sebastião Mesquita tivesse vindo confundir na sua breve intervenção a figura do seu filho. Quer que fique bem claro que o seu filho trabalha e tem mais que fazer do que andar a elucidar a mãe sobre o passado da Casa do Douro. Sobre o passado da Casa do Douro já deviam ter-se preocupado com ele há mais tempo. O ponto agendado para esta reunião não era este assunto. O Senhor Sebastião Mesquita sabe muito bem a atitude do seu filho, trabalha numa firma onde não se brinca às casinhas. Outra contradição do Senhor Sebastião Mesquita é sobre a transferência patrimonial da sede da Casa do Douro. No artigo 6.º, ponto 1 diz "A propriedade do imóvel que constitui a sede da Casa do Douro é registada a favor da associação de direito privado que lhe suceder nos termos definidos no presente decreto-lei com os ónus e encargos associados ao imóvel", estes encargos e ónus do imóvel são só, se for para compor o telhado ou obras assim. Não refere quais são os outros ónus inerentes ao edifício e depois sublinha mais á frente no artigo 16.º no ponto 4. "A transferência para a associação de direito privado que suceder à Casa do Douro dos bens e saldos de gerência permanentes do processo de regularização das dívidas com exceção do imóvel que constitui a sede da Casa do Douro é precedida da audição da comissão de fiscalização", etc., por isso está sempre salvaguardado o edifício para a associação que ficar. Se vamos discutir aqui coisas sem nexos, tem que dizer que há muitos interesses

políticos por trás. Fizeram com que esta reunião se realizasse, já têm lista formalizada e o Senhor Sebastião Mesquita é um dos que está interessado. O Senhor Sebastião Mesquita pede desculpa, à Senhora Maria de Lourdes e não responde, ficando nas suas palavras aquilo que quis dizer. Vai responder ao Senhor Vice-Presidente, Vítor Sobral sobre os atos que praticaram e com os pontos que discutiram na CIMDouro. Na Assembleia Municipal, não nos informaram de nada. Para dizer qual a posição da Câmara Municipal na Assembleia da CIM, teriam que dar conhecimento das propostas que apresentaram e não nos apresentaram nada. Quer dizer que há 15 anos estávamos a receber 230 contos a pipa do vinho generoso e 130 o vinho consumo. Há 20 anos já pagava Segurança Social de funcionário, o Senhor Vice-Presidente não estava cá, não conhecia a realidade, só sabe que os preços começaram a baixar. Defendem a posição da CIMDouro sem ter consultado ninguém. Quando os políticos representam bem as pessoas ouvem-nas. Quantos viticultores e Presidentes de Adegas Cooperativas foram ouvidos?

O Senhor Presidente da Mesa disse ao Senhor Vice-Presidente que o Senhor Vereador Manuel Cordeiro em defesa da honra pretende utilizar a palavra, não vendo motivos para tal, não autorizou a fazê-lo. O Senhor Presidente da Assembleia perguntou ao Senhor Vereador em que se sentiu beliscado, pedindo para lhe dar uma resposta.

O Senhor Vereador Manuel Cordeiro não pretende gerar polémicas, discussão, mal-estar. Há cá muita gente que conhece o assunto, não sendo ele a pessoa mais indicada. Refere que nunca foi apresentado a si, ou ao Senhor Vereador José Rodrigues em reunião de Executivo esse assunto. Se se referem a um documento apresentado, que a CIMDouro elaborou, acerca de dois ou três anos, sim teve conhecimento. Esse documento, tratado hoje, nunca lhes foi entregue, portanto o que o Senhor Vice Presidente está a dizer é mentira. Se não o deixarem falar, pode-se ir embora, não está aqui a fazer nada. Este assunto, designadamente, no último ano, se foi tratado, nunca nos perguntaram em reunião de Câmara o que achávamos sobre isso. Pode testemunhar quem já fez parte da Assembleia da CIMDouro. Enquanto Presidente da Assembleia Municipal, e a verdade é que o que se passa nesse órgão é a opinião de um ou dois da Régua e de Lamego.

O Senhor Presidente da Assembleia dirigindo-se aos presentes fez o ponto de situação.

Partimos para esta Assembleia Municipal com o objetivo único de defender os interesses e a discussão da alteração dos estatutos da Casa do Douro em prol do concelho de São João da Pesqueira e da região, foi esse o objetivo que nos trouxe, foi essa unidade a que eu acedi e que me permitiu marcar uma reunião fora de prazo legal, com a anuência de todos os Membros desta Assembleia. Não se pretendia chegar a situações de desacordo e confronto pois, se fosse essa a sua leitura prévia, não teria deixado que a reunião acontecesse e o problema estava morto na raiz. Foi essa a intenção e o que se pretende é ganhar tempo. O Senhor Sebastião Mesquita disse claramente duas coisas: a escolha de um grupo de trabalho constituído por alguns cidadãos deste concelho, desta Assembleia, desta Região. Situação a definir quem se vai escolher? Outra no caso de não ser aceite uma audiência em Lisboa, produzir-se um documento e fazê-lo chegar às várias instâncias. É o que está em causa e nelas nos devemos debruçar e que vai pôr á votação.

O Senhor Joaquim Monteiro não quer ser maçador, mas gostaria que o público tivesse conhecimento da proposta de estatutos que o governo apresenta para a Casa do Douro. O Senhor Silva Fernandes está totalmente contra a proposta já há muito tempo, queria aflorar os artigos da mesma para as pessoas saberem que, não é como eles dizem, contradizem-se.

O Senhor Presidente da Mesa informou o Senhor Joaquim Monteiro que mandou fotocopiar o documento em questão e estando pronto seria distribuído. Propôs que essa situação seja discutida posteriormente.

O Senhor Joaquim Monteiro pergunta se é possível fazer uma proposta? Reforça que estas são muito vulneráveis, a sua proposta seria no sentido de que fosse aprovado que o governo tivesse em conta a proposta da CIM. Acha que devia sair desta reunião uma posição forte, para que o governo parasse a autorização legislativa até efetivamente se constituir um grupo de trabalho. Não concorda com a proposta do Senhor Sebastião Mesquita, porque deve-se indicar os nossos elementos, os outros concelhos devem indicar os deles. A nossa Assembleia não vai indicar nomes de "lá de fora". Acha que seja alargada a toda a região envolvendo as Assembleias e as Câmaras. A proposta deve ser discutida para que se efetue a paragem automática da autorização legislativa que está para ser discutida dia 25 no Parlamento. O governo que pare automaticamente de fazer mal aos Durienses.

O Senhor Presidente da Mesa referiu que a primeira proposta era a legitimação do grupo de trabalho a ser recebido pelas autoridades implicadas na proposta de lei, para o caso de não sermos recebidos pelo Secretário de Estado, antes de dia 25. A outra proposta do Senhor Joaquim Monteiro é paragem automática da proposta legislativa que vai ser discutida dia 25. Também apresenta a proposta do Senhor Sebastião Mesquita sobre dispensa da senha de presença nesta reunião. Começaria pelo primeiro ponto que é a votação da legitimidade do Senhor Sebastião Mesquita formar um grupo, grupo esse que poderá ser ouvido pela Assembleia da República, nomeadamente pela Senhora Presidente e pela Comissão de Agricultores. Posta a votação, foi aprovada por unanimidade. O segundo ponto tem a ver com a produção de um documento, que será elaborado pelo grupo de trabalho a ser enviada para os diferentes organismos institucionais. Colocada a votação foi aprovada por unanimidade. A seguir a proposta do Senhor Joaquim Monteiro paragem automática da proposta legislativa, a ser levada ao Parlamento dia 25 do corrente mês.

O Senhor Joaquim Monteiro esclarece que mantém a sua proposta, primeiro porque estamos a dois dias úteis da discussão da proposta legislativa do governo na Assembleia, segundo, uma audiência, só se tivermos algum amigo que nos leve ao Secretário de Estado diretamente, achando tardio. Segundo a própria legislação diz que tem validade de 80 dias. Como há pouco o Senhor Silva Fernandes falava empurrar para a frente, eles que empurrem nesses 80 dias. Suspenda-se essa autorização legislativa e os Durienses terão tempo de constituir grupos de trabalho para defender os seus interesses.

O Senhor Presidente da Mesa clarificou o exposto, colocando à votação a proposta do Senhor Joaquim Monteiro. A proposta foi aprovada por unanimidade.

De seguida colocou a votação a proposta do Senhor Sebastião Mesquita "dispensa de pagamento da senha de presença desta reunião extraordinária". Foi aprovada por unanimidade.

Passou a palavra ao Senhor Vice-Presidente da Câmara no caso de o pretender. Em resposta à tomada de posição do seu colega de Executivo, Senhor Manuel Cordeiro pede para verificar a ata de 19-06-2014 podendo verificar o que foi dito. Numa das respostas ao Senhor Presidente, diz haver um documento produzido. Se tivesse a mesma motivação que teve a fazer o périplo pelo concelho, se o Senhor Presidente não lhe cedeu o documento, devia tê-lo pedido.

Das pessoas que constituem o público só há inscrição do Senhor Doutor Ludovino para se pronunciar sobre o assunto, pelo que lhe vai conceder cinco minutos. O Senhor Presidente da Mesa pediu ao Senhor Doutor Ludovino, como membro do público inscrito para usar da palavra.

O Senhor Doutor Ludovino cumprimentou os presentes referindo que o que foi dito se traduz em três ou quatro pontos muito simples. Quanto à legitimidade desta Assembleia com o apoio do público quer-lhe parecer, que não há duvida nenhuma que somos os representantes do concelho da Pesqueira sendo a Assembleia competente par decidir os interesses da Pesqueira. É bom é que cada vez mais, a Assembleia Municipal alargue o estudo, a crítica, a construção, mas principalmente o estudo dos problemas que afetam esta região. A vitivinicultura é um deles, portanto, basta isso para darmos legitimidade a esta Assembleia excecional e urgente. Quanto aos objetivos devo dizer que, logo a seguir ao 25 de abril, fez parte de uma comissão que estudou os estatutos da Casa do Douro, e do Concelho Regional Agrário. O Ministro da Agricultura António Barreto fez-lhe uma pergunta: o que entendia sobre a privatização da Casa do Douro, uma vez que os lavradores reivindicavam alto e em bom som "a Casa do Douro é nossa", "a Casa do Douro é nossa". Ele respondeu: cuidado, porque se a Casa do Douro for entregue aos lavradores é a mesma coisa que matá-la, acabam com ela. Justificou dizendo-lhe que a Casa do Douro tinha poderes para se impor na região, porque os lavradores dividem-se e não conseguem ter poderes para se organizar e decidir, então seria preciso, possivelmente, um organismo misto. Entreguem aos constitucionalistas para que estudem o problema mas não aceita, nem concorda, e julga que será condená-la ao fracasso se for entregue a organismos privados. Segundo ponto, competências: diria que a culpa principal é dos lavradores do Douro pelo facto de não se interessarem por nada, nem pelas políticas, e depois queixam-se dos políticos, das instituições etc. Não nos interessamos por aquilo que é nosso e o que é nosso, é realmente a Casa do Douro é o organismo que salvou o Douro a partir da primeira República durante 30, 40 anos e que auxiliou o Douro. Duas características muito simples: fixar o preço das uvas depois fazer o escoamento dos produtos dos lavradores é o fundamental. Discutam os poderes que afetam a Casa do Douro, se não derem o melhor, não criem mais nada. Vendam, entreguem aos agricultores aquilo que lhes pertence. Terceiro ponto: compete aos lavradores de todos os concelhos do Douro, definir os princípios básicos e esses têm que ser postos ao governo. Não culpa governo nenhum, culpa-os a todos desde o 25 de abril. O Douro não deve nada a nenhum dos políticos. Nós é que somos os culpados porque não defendemos o que é nosso. Vamos ter que nos reunir, definir os princípios básicos e dizer ao Governo o que significa este setor para nós que vivemos no Douro. Caso contrário faremos o que se dizia após o 25 de abril, cortamos a ligação a Lisboa. Temos água, temos luz, vinho e pão. Ficamos cá e tornamo-nos independentes de Lisboa. Portanto, julga que estas três posições serão necessárias e discuti-las com os concelhos da região. Já que a Pesqueira

opinião dos Membros da Assembleia, mas dos exteriores será a mesma? Não se tem conhecimento das suas perspectivas.

O Senhor Presidente da Assembleia refere que a base estrutural desta discussão foi arranjar-se pessoas que fossem capazes de ser ouvidas pelo Senhor Secretário de Estado da Agricultura antes da proposta do governo ser discutida no Parlamento. Não se vai para uma Assembleia da República de forma alheia, sem se ter um conhecimento profundo do que se trata. As pessoas a legitimar seriam o Senhor Presidente da Assembleia, o Senhor Sebastião Mesquita, o Senhor Joaquim Monteiro, o Senhor António Balça, o Senhor Norberto Vieira, o Senhor Silva Fernandes e o Senhor Ludovino Fernandes.

ENCERRAMENTO:

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, agradeceu a presença de todos, dando por encerrada a sessão às dezassete horas e vinte minutos que depois de lida, posta a votação e aprovada por maioria irá ser assinada pelos membros que compuseram a mesa.

